

GUERREIRO RAMOS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Alex Júnior Costa da Silva
alexcosta@id.uff.br
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O presente trabalho investiga a presença de Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo e político baiano, nos cursos do chamado Campo de Públicas no Brasil. O autor, em suas obras, contribuiu de maneira significativa para o entendimento e formação em Administração Pública no Brasil, mas viveu e ainda vive um período de ostracismo na academia. 11 cursos de graduação foram selecionados e tiveram os seus projetos pedagógicos (PPCs) observados e os resultados apontaram que sua presença nos PPCs é bastante incipiente, mesmo a maioria deles apresentando objetivos que muito se assemelham com a sua proposição de postura parentética, por exemplo. Nos poucos casos em que é encontrado no PPC, GR aparecerá na forma de bibliografia (básica e/ou complementar).

Palavras-chave: Administração Pública; Campo de Públicas; Guerreiro Ramos.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo e político que durante sua vida e com a sua produção acadêmica, contribuiu de maneira significativa para o entendimento e formação acadêmica/profissional na área de Administração Pública no país, mas que viveu e ainda vive um momento de ostracismo na academia.

Em suas obras e vida, Alberto Guerreiro Ramos (GR) falou “[...] dos dilemas da sociologia no Brasil e dos dilemas da sociedade brasileira”¹. Segundo Capelari *et al* (2014), foram três os principais sentidos desenvolvidos ao longo de seus estudos e que deram corpo ao que veio ser apresentado como a redução sociológica. Estes três sentidos devem ser entendidos de forma complementar e contemplam: (i) redução enquanto método histórico que estimule a realização de um trabalho dotado de valor pragmático e de concepções e fatos sociais locais; (ii) redução como atitude parentética; e (iii) redução como proposta de uma nova ciência social.

A partir de um levantamento dos cursos do chamado Campo de Públicas², alguns tiveram o seu Projeto Pedagógico observado através de um protocolo de análise que buscou verificar a presença, ou não, de Alberto Guerreiro Ramos.

1 Retirado do prefácio escrito por Lucia Lippi Oliveira em Bariani (2006, p. 15).

2 Levantamento apresentado em Silva (2014)

Entende-se o Campo de Públicas como um “um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas” (PIRES *et al*, 2014). Tal campo congrega pesquisadores, profissionais e estudantes da área de administração pública, políticas públicas, gestão pública e gestão social no Brasil.

Assim, com este trabalho, buscar-se-á compreender o quão presente Alberto Guerreiro Ramos está nos projetos pedagógicos dos cursos do Campo de Públicas. Deste modo, a pesquisa se propõe, de maneira geral a investigar a presença do autor nos cursos de graduação (bacharelado) do Campo de Públicas em Instituições de Ensino Superior selecionadas de acordo com os ciclos do ensino de Administração Pública no Brasil definidos pela literatura (KEINERT, 1994; COELHO, 2006). Para tal busca-se: i) evidenciar a contribuição de Guerreiro Ramos para o entendimento e ensino da Administração Pública no Brasil e, assim, ii) identificar a sua presença nos cursos do Campo de Públicas.

O trabalho se justifica num momento de mudanças importantes para o ensino de Administração Pública no Brasil com a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Campo de Públicas no final de 2013 e numa percepção de tentativa de resgate do legado acadêmico de Alberto Guerreiro Ramos.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Nascido em 13 de setembro de 1915 na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA), Alberto Guerreiro Ramos foi um sociólogo e político brasileiro. Mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1939, para diplomar-se em ciências sociais pela antiga Faculdade Nacional de Filosofia, em 1942, bacharelando-se um ano depois pela Faculdade de Direito, na mesma cidade. Nos anos 40 atuou em alguns órgãos do governo, como o Departamento Nacional da Criança (DNC) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). A sua estadia nesse último foi decisiva para que GR esboçasse, de maneira consistente, a sua preocupação com um dos seus principais temas de escrita: administração e teoria das organizações e que vão influenciar algumas das suas principais obras como *A Redução Sociológica*, de 1958, e *A nova ciência das organizações*, de 1981 (AZEVEDO, 2006).

Em 1952 tornou-se professor da recém-criada Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), lecionando a cadeira de sociologia, e dos cursos de sociologia e problemas econômicos e sociais do Brasil promovidos pelo DASP. Nesse ano também se tornou assessor no Governo Federal, dirigindo o planejamento e a execução da Pesquisa Nacional de Padrão de Vida e participou de reuniões do Grupo de Itatiaia. Em 1953, junto a outros intelectuais, fundou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). Fruto de

associações intelectuais de que fez parte, GR ajudou a fundar em 1955 o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que segundo Azevêdo (2006, p. 16) era:

[...] um conjunto de atividades de estudos e ensino, com plena autonomia de pesquisa e de cátedra, e que se voltava à análise estrutural-econômica, social, cultural e política da realidade brasileira, com o propósito de estabelecer os fundamentos de uma política de desenvolvimento nacional, vertida, de certa forma, em ideologia estrutural e, naquele momento histórico do país, adequada à mobilização da sociedade brasileira para os esforços necessários à realização do projeto de desenvolvimento – ideologia conhecida como nacionalismo desenvolvimentista.

No ISEB, GR foi responsável pelo departamento de sociologia com as suas principais obras dessa época seguindo as linhas mestras que orientavam aquela instituição.

Se durante determinado período de sua trajetória Guerreiro Ramos se mostrava preocupado em teorizar sobre a realidade brasileira do ponto de vista sociológico, e apenas dele, percebemos que, aos poucos, essa teorização ganha caracteres das perspectivas política e administrativa, o que confirma uma inclinação do autor em imprimir em seus estudos uma preocupação constante com diretivas para ação. Os engajamentos dessa fase da existência pessoal e intelectual de nosso autor geraram obras – e muitas. O ápice desta produção, podemos dizer, foi um texto escrito em 1958 – *A redução sociológica* (AZEVEDO, 2006, p, 17).

Em dezembro de 1958 GR deixou o ISEB após divergências internas com alguns dos seus companheiros.

GR ingressou na política em 1960, quando se filiou ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em outubro de 1962 candidatou-se a deputado federal pelo Estado da Guanabara, na legenda da Aliança Socialista Trabalhista', formada pelo PTB e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), obtendo apenas a segunda suplência. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados de agosto de 1963 a abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1.

Em 1967 GR buscou exílio dos Estados Unidos, onde passou a lecionar na Universidade do Sul da Califórnia. Nos anos de 1972 e 1973 foi *visiting fellow* da Yale University e professor visitante da Wesleyan University. Já em 1981 retorna ao Brasil também como professor visitante da Universidade Federal de Santa Catarina e publicou aqui e no Canadá uma das suas mais importantes obras: *A nova ciência das organizações*.

GR morreu em abril de 1982 em Los Angeles, Califórnia (EUA), vítima de câncer.³

³ Para uma biografia mais detalhada consultar Azevêdo (2006) e Bariani (2011).

A busca por uma sociologia engajada com a realidade social

Em seus escritos, GR buscou o que Nery (2013) chamou de “entrelaçamento entre a sociologia e o desenvolvimento”, apresentando a necessidade de que o sociólogo brasileiro fizesse um “uso sociológico da sociologia”, ou seja, que fossem consideradas no trabalho sociológico as reais condições da realidade nacional, abrindo mão de modelos “enlatados”. GR enaltece “o problema da transplantação das ideias, das instituições e do seu desajuste à realidade do país”.⁴

Como aponta Azevêdo (2006, p. 188), GR recorreu à diferença da sociologia em hábito e em *habitus*. A primeira decorreria da prática do “sociólogo” acadêmico, que, desatento ou ignorando o fato de que todo conhecimento sociológico estaria sujeito a condicionamentos contextuais, e sem assumir compromissos com a sua realidade nacional ou imediata, depositaria uma fé cega na exemplaridade abstrata das ideias e teorias importadas, comportando-se de maneira *dogmática-dedutiva*. De modo contrário, a sociologia em ato (ou como *habitus*) exigiria do sociólogo extrapolar a simples alfabetização sociológica, reclamando aqueles compromissos acima citados e uma atitude *crítico-assimilativa* frente às ideias, teorias e experiências estrangeiras, a fim de que possa elaborar um saber criativo e voltado para o melhoramento da realidade com a qual ele se identificava. Para GR, esse engajamento ou compromisso consciente do sociólogo com o seu contexto o possibilitaria produzir uma sociologia autêntica e, por conseguinte, a manter-se fiel a si mesmo. GR tinha uma

constante preocupação que manteve em denunciar a **alienação que acometia a ciência social brasileira** e o **caráter ideológico mesmo dos pressupostos sustentados pela ciência social**, tal como a mesma vigorava nos meios acadêmicos (AZEVEDO, 2006, p. 190).

Para GR, persiste a sombra do estrangeiro. O colonialismo e o imperialismo moldaram circunstâncias e formas de consciência, subordinaram o desenvolvimento da sociedade brasileira aos desígnios do capitalismo mundial e as mentalidades aos ditames da cultura européia e/ou norte-americana, com o consentimento tácito ou explícito das classes dominantes locais (BARIANI, 2006).

Ao tratar da importação sem assimilação crítica pela sociologia “brasileira” da sociologia estrangeira, GR apresentava seis defeitos que caracterizava o que ele chamava de síndrome:

[...] *Simetria* e *Sincretismo* assinalavam o fato de o sociólogo brasileiro estar sempre disposto a acolher, mimeticamente, a produção intelectual dos centros europeus e norte-americanos, sem adotar qualquer atitude crítica

⁴ Retirado do prefácio escrito por Lucia Lippi Oliveira em Bariani (2006, p. 19).

frente a esse conhecimento alienígena; e, ainda mais agravante, a proceder uma conciliação doutrinária das mais diversas correntes de pensamento ou doutrinas produzidas no exterior. O *dogmatismo* caracterizaria a postura submissa e apologética do cientista social deste país que, sem pestanejar, adotava e generalizava argumentos proferidos por autoridades reconhecidas ou grandes nomes da disciplina sociológica, de dois modos: na fala ou no discurso sociológico, principalmente na montagem mecanizada de textos ditos “científicos”, e na análise factual da realidade à qual ele estaria diretamente vinculado. Uma decorrência direta do dogmatismo era o *dedutivismo* que predominava na atitude científica do sociólogo brasileiro. Uma vez que às idéias estrangeiras se atribuía um valor absoluto de verdade, a tendência era tomá-las como o ponto de partida no processo de compreensão ou explicação dos fatos da vida social brasileira. Dedutivista seria o sociólogo que desconsiderava as contingências históricas das nações, suas peculiaridades em termos de formação histórica, pois somente pensava no sincronismo mecânico entre elas. Outra categoria desta síndrome que acometia a sociologia brasileira era a *alienação*. Segundo Guerreiro Ramos, a alienação decorria da condição desplantada ou contemplativa que, via de regra, o sociólogo nacional assumia frente à sua realidade imediata. Esta atitude explicava o fato de a nossa sociologia não ser, até aquele momento, “fruto de esforços tendentes a promover a autodeterminação” e o desenvolvimento da nação brasileira. Por fim, a *inautenticidade*. Ela seria o resultado de “todas as características anteriores”, pois punha à mostra a ficção que era a sociologia produzida no Brasil, uma vez que o “trabalho sociológico” brasileiro não se firmava em “genuínas experiências cognitivas” do sociólogo” (AZEVEDO, 2006, p. 191-192).

Na tarefa de fundar uma sociologia nacional, Bariani (2011) afirma que o DASP foi um laboratório para que GR atentasse, pelo menos inicialmente, para alguns dos problemas cruciais do Brasil e que pautaram suas reflexões a respeito da complexidade social do país. Questões como a efetivação da administração, a transplantação de ideias, a função pública e a do intelectual, a relação entre Estado e sociedade, o público e o privado, o patrimonialismo, a relação entre racionalidade e irracionalidade, modernização e tradicionalismo, o caráter do Estado, as formas e os arranjos entre as forças políticas, a conformação e dinâmica das classes sociais, a cultura política e suas implicações, os entraves ao desenvolvimento, o desenvolvimento como racionalização, modernização como tarefa nacional e o papel do Estado nessa empreitada – entre outras colaterais. Havia uma “preocupação [de GR], um tanto formalizadora e especulativa, com a utilização da sociologia como instrumento de intervenção social, sobretudo na gestão racional dos recursos e organização administrativo-estatal.” (BARIANI, 2011, p. 53). Para GR, as circunstâncias de um gerenciamento racional dos negócios nessa esfera [a da administração pública] não seriam um assunto meramente técnico ou institucional, um simples modelo de gestão, e sim produto de um amadurecimento histórico-social, dependente do alcance de determinado estágio evolutivo da superação do privatismo.

A racionalização assume algumas peculiaridades na esfera da administração pública. Aí ela é uma questão eminentemente sociológica, antes de ser de qualquer outra natureza. A racionalização na esfera da

administração pública não se converte em mera aplicação do saber técnico na organização de atividades. É, principalmente, um processo de transformação do aparato estatal, que se opera a custa da diminuição (e até anulação) da eficácia da tradição, ou melhor, que implica a substituição de 'folkways' por 'technicways' (RAMOS, 1950, *apud* BARIANI, 2011, p. 55).

Ao propor uma sociologia crítica, compromissada e profundamente imbricada com a realidade social, GR apresenta o conceito de **redução sociológica** como um método de análise de concepções e de fatos sociais.

1) redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira [...] 2) redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma [...] 3) redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra (RAMOS, 1996 *apud* BARIANI, 2011, p. 147).

A redução sociológica é entendida então como uma “atitude parentética”, não-espontânea, que coloca entre parênteses os fenômenos e recusa a aceitação imediata de percepções externas e impõe filtros ao pensar. A redução tinha como suposto a “universalidade dos enunciados gerais da ciência”, todavia, propalava o “caráter subsidiário da produção científica estrangeira”, bem como o comprometimento do sociólogo com a realidade em questão e no que diz respeito à fase cultural na qual a sociedade se encontra (RAMOS, 1996 *apud* BARIANI, 2006).

Assim, como aponta Bariani (2011), o projeto de uma sociologia nacional apresentava interessantes mudanças na sociedade brasileira, notava o nascimento e qualificação do povo como sujeito político das transformações e identificava neste mesmo povo a tentativa de construção de um saber sociológico engajado com as questões inerentes aos problemas brasileiros, combatendo

as especulações estereis e a afetação teórica que pautavam (e pautam ainda) o comportamento de certa intelectualidade descompromissada da vida brasileira e de suas questões candentes, alinhada aos padrões e valores adquiridos dos centros acadêmicos europeus e norte-americanos como forma de afirmação e conquista de prestígio por contágio com o saber dominante. Não nos referimos aqui a um 'simples' resíduo elitista ou forma alienada de apreensão de idéias, o que estava em jogo eram as reais estratégias de legitimação ideológica por meio de ideias aparentemente 'fora do lugar', todavia, funcionalmente inseridas para dar conta de interesses localizados – estes sim profundamente enraizados na sociedade brasileira (BARIANI, 2011, p. 296).

Lembra Nery (2013) que o entrelaçamento entre sociologia e desenvolvimento proposto por GR não se limita ao desenvolvimento do país. Existe uma profunda preocupação com a liberdade e a autonomia dos indivíduos, liberdade esta que, de alguma

forma, o desenvolvimento poderia oportunizar, por meio do processo de autonomização do país e a integração econômica dos indivíduos na estrutura regional.

Para Bariani (2011), GR foi quem melhor encarnou a voracidade pelo original, a busca frenética pelo enraizamento social (nacional) da sociologia.

O homem parentético

Para GR era significativo o fato de as organizações terem assumido papéis fundamentais e sem precedentes no curso da história da humanidade e no processo de socialização dos indivíduos. Assim, a organização e seus efeitos deveriam ser tomados como ângulos para a análise de certos aspectos da vida humana.

Neste sentido, adquirir **consciência crítica**, em nível coletivo, do fenômeno e da natureza organizacional, permitiria, aos olhos de nosso autor [GR], o ingresso da humanidade em uma nova fase de seu processo de estruturação da vida humana associada, ao mesmo tempo em que traria, para as esferas da consciência e da conduta humana, reflexos significativos, pois a urgente necessidade que os homens tinham de posicionarem-se de modo lúcido e ativo frente às organizações acrescentaria às suas consciências uma qualidade que ainda lhes era ausente, ou pelo menos não dominantemente: a **atitude parentética** (AZEVEDO, 2006, p. 232).

Assim, Ramos (1972) *apud* Azevêdo (2006) define atitude parentética como a “capacidade psicológica do indivíduo de separar-se de suas circunstâncias internas e externas”, isto é, de pôr entre parênteses o eu e o mundo e a vivência do eu como tal. Desta forma, o homem adquiriria consciência crítica de si e das circunstâncias, sendo fundamental no processo de emancipação humana.

O homem parentético, assim, coloca a razão e a liberdade no centro da sua articulação com o mundo, existindo de forma superior como humanidade.

Para Azevêdo e Albernaz (2006), a crítica de GR à modernidade parte da confusão que essa própria modernidade promoveu entre personalidade e individualidade.

[...] [A] atitude parentética colocava a razão e a liberdade no centro da articulação do homem com mundo, não exatamente em termos metafísicos ou conceituais, mas, antes, como uma questão concreta, de práxis, uma vez que implicava a “descoberta e instauração de novas formas de organização”, dando ensejo, de acordo com o pensamento do autor, a “possibilidades de existência humana superior” (AZEVEDO e ALBERNAZ, 2006, p. 7).

Para GR, se fazia necessária a elaboração de uma abordagem antropológica, cujas principais finalidades fossem: a) servir como parâmetro avaliatório dos desenhos de sistemas sociais e das organizações operantes no conjunto da tessitura social e, b)

contribuir para que novos sistemas sociais e organizações pudessem criados e instituídos (RAMOS, 1971 *apud* AZEVÊDO e ALBERNAZ, 2006, p. 7). O homem parentético denunciaria as deficiências da estrutura social arquitetada pelas sociedades industriais modernas.

Se uma pessoa permite que a organização se torne a referência primordial de sua existência, perde o contato com sua verdadeira individualidade e, em vez disso, adapta-se a uma realidade fabricada. Os sistemas planejados, como as organizações formais, têm metas que, só acidental e secundariamente, consideram a atualização pessoal. Verdadeiros atualizadores são agentes capazes de se manobrar, no mundo organizacionalmente planejado, de modo a servirem aos objetivos desse mundo com reservas e restrições mentais, sempre deixando algum espaço para a satisfação do seu projeto especial de vida. Há, portanto, uma tensão contínua entre os sistemas organizacionais planejados e os atualizadores, e afirmar que o indivíduo deve se esforçar para eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa [...] corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização (RAMOS, 1989, p. 112).

Para Azevêdo e Albernaz (2006, p. 16), “a afirmação do *self*, a liberdade, a auto-realização e o exercício da racionalidade noética se apresentavam como as principais características do homem parentético”.

A preocupação para GR agora se dá no questionamento sobre como a sociologia e a ciência social em geral estariam contribuindo para destacar o homem enquanto um ser autônomo.

Uma “nova” teoria da organização social

Rever as ciências sociais e pensar uma nova planificação social centrada no homem eram, então, os projetos de GR.

A partir da década de 1970, advém como questões centrais para o autor a crítica da centralidade social do mercado como instituição estruturante da sociabilidade em geral e destituída de controles políticos, tendo na razão organizacional a sua legitimação funcional. Tais preocupações refletem-se em alguns artigos (cf. RAMOS, 1982, 1984), mas sua peça principal é seu último livro, escrito nos EUA e – custosamente – publicado no Canadá e no Brasil. Em busca da superação da ciência social contemporânea, *A nova ciência das organizações* – livro esboçado desde 1973 e só publicado em 1981 – liga-se à agenda de pesquisas norte-americana do período (BARIANI, 2011, p. 273).

GR chamou atenção para o fato de a ciência social em voga ter acolhido uma “concepção de homem demasiadamente rasteira” e pela sua incapacidade de auxiliar os homens nos seus projetos pessoais de autorrealização e, assim, de autonomia e emancipação.

Como aponta Azevêdo (2006), quando GR tratou do homem parentético, identificou na expansão maciça das organizações formais, principalmente daquelas de caráter econômico, uma exigência por uma padronização unidimensionalizadora do comportamento dos indivíduos na sociedade, enxergando a necessidade de que se impusessem limites a essa expansão.

[...] a lógica da racionalidade instrumental, que amplia o controle da natureza, ou seja, o desenvolvimento das forças produtoras, se tornou a lógica da vida humana em geral. Mesmo a subjetividade privada do indivíduo caiu prisioneira da racionalidade instrumental. O desenvolvimento capitalista impõe limites à livre e genuína comunicação entre os seres humanos (RAMOS, 1989, p. 12-13).

Bariani (2011, p. 274) distingue as racionalidades formal (ou instrumental) e substantiva:

A *razão formal* ou *instrumental* seria aquela baseada no “cálculo utilitário de conseqüências”, na relação exclusiva entre meios e fins, caudatária da imposição funcional do mercado; a *substantiva* ou de *valores* resgataria a “razão como categoria ética” (Escola de Frankfurt), independe de cálculos utilitários e expectativas de êxito (Weber), e revelaria percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos numa situação determinada (Mannheim), propiciando a existência da *boa sociedade* (Eric Voegelin).

GR afirma que a teoria corrente da organização admite como legítima a ilimitada invasão do mercado na vida humana, não sendo capaz de oferecer diretrizes para a criação de espaços sociais em que os indivíduos possam de fato fomentar relações interpessoais efetivas. Em contrapartida, a racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. “Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular”. (RAMOS, 1989, p. 23) Assim, toda teoria da organização existente pressupõe uma ciência social de mesma natureza epistemológica.

Portanto, a teoria da organização deve ser reformulada sobre novos fundamentos epistemológicos. Para isso, Ramos (1989, p. 136) oferece um conjunto de 5 diretrizes necessárias à essa reformulação:

I. "o homem tem diferentes tipos de necessidades, cuja satisfação requer múltiplos tipos de cenários sociais";

II. "o sistema de mercado só atende a limitadas necessidades humanas e determina um tipo particular de cenário social em que se espera do indivíduo um desempenho consistente com regras de comunicação operacional ou critérios intencionais e instrumentais, agindo como um ser trabalhador";

III. "diferentes categorias de tempo e espaço vital correspondem a diferentes cenários organizacionais";

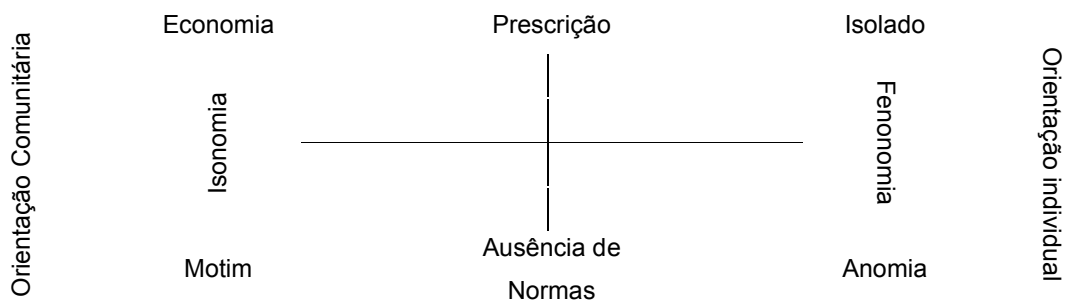
IV. "diferentes sistemas cognitivos pertencem a diferentes cenários organizacionais";

V. "diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos no contexto geral da tessitura da sociedade, havendo, contudo, vínculos que os tornam inter-relacionados".

GR apresenta, então, um modelo multidimensional para a análise e a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é considerado um enclave social, legítimo e necessário, mas limitado e regulado. Assim, entende que a sociedade é constituída de uma variedade de enclaves e que deve possuir um governo social capaz de fomentar as transações entre os mesmos.

Esse modelo é denominado "paradigma paraeconômico", cujas categorias devem ser consideradas elaborações heurísticas, não se esperando nenhuma situação existente na vida real que coincida com esses tipos ideais, pois os sistemas sociais existentes são mistos.

Figura 1: O paradigma paraeconômico



Fonte: Ramos (1989)

A delimitação dos enclaves (sistemas) sociais na sociedade dar-se-ia pela combinação de duas dimensões: a *orientação individual x comunitária* e a *prescrição x ausência de normas*. Além de contemplar espaços livres de prescrições impostas para a auto-realização humana, o paradigma contempla tanto ambientes pequenos, exclusivos, quanto ambientes comunitários, de tamanhos regulares. Em tais ambientes, é esperado que os indivíduos possam ter ação adequada às suas necessidades de realização pessoal, ao invés de comportarem-se adequadamente de forma a corresponder às expectativas da realidade condicionada pelos padrões do mercado. Azevêdo (2006, p 277-278), explica cada uma das categorias do paradigma:

Todas as categorias do paradigma receberam de Guerreiro Ramos o caráter de tipo-ideais. Assim, a **anomia** é concebida como uma situação estanque, onde ocorre o desaparecimento da vida pessoal e social. Indivíduos anômicos, na realidade, são desprovidos de normas e de raízes,

não possuindo compromissos com normas operacionais, o que quer dizer que são incapazes de compatibilizar as suas vidas com um projeto pessoal. A categoria **motim** (ou turba), por seu turno, refere-se a uma coletividade desprovida de normas, cujos membros possuem pouca, ou nenhuma, noção de ordem social. A **economia** é entendida como uma forma organizacional ordenada e que é estabelecida para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços; refere-se à organização típica da sociedade centrada no mercado, ou seja, a organização formal de caráter econômico. As características mais comuns desse tipo de organização são a especialização de papéis e tarefas, a predominância de normas autônomas, racionais e impessoais e a orientação geral para a realização racional e eficiente de objetivos específicos. Representa a **fenonomia** um sistema social constituído por uma pequena agremiação, inclusive podendo ser individual, onde a opção pessoal é máxima e as prescrições operacionais formais mínimas; caracteriza-se pela automotivação, pela consciência social ligada à preocupação do indivíduo com a sua idiossincrasia e pela liberação de criatividade. Nela, os critérios econômicos se fazem presentes apenas de forma incidental. A categoria designada de **isolado** acolhe aquele indivíduo que acredita que o mundo social é inteiramente incontrolável e sem remédio. A sua sobrevivência, portanto, requer um lugar no qual ele, de maneira consciente, viva segundo suas próprias crenças. A **isonomia** é um contexto onde, tipicamente, todos os indivíduos membros são iguais e as prescrições mínimas, estabelecidas por consenso. Além disso, na isonomia as pessoas estão sempre dispostas a terem relações interpessoais primárias.

Como aponta Faria (2009), a paraeconomia de GR é um paradigma multicentro de alocação de recursos, que proporciona a estrutura de uma teoria política substantiva de alocação e de relacionamentos entre os enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social. Tal paradigma pretende fornecer um arcabouço sistemático para o desenvolvimento de um impulso multidimensional e delimitativo em relação ao processo de formulação da política, partindo de três pressupostos:

I. "o mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem o conjunto da tessitura social";

II. "a natureza do homem atualiza-se através de várias atividades", entre as quais, a de detentor de emprego;

III. "o desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo" (RAMOS, 1989, p.184-185).

De acordo com Nery (2013), havia uma preocupação em GR de buscar uma ciência da administração que não seja baseada em sistemas cognitivos das organizações existentes, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais, em busca da existência substantiva dos indivíduos.

A contribuição de Guerreiro Ramos para o campo e a formação em Administração Pública no Brasil

Segundo Pizza Junior (2010, p. 202), “toda a trajetória de vida do cientista social Alberto Guerreiro Ramos foi sublinhada pela presença da Administração”. Sua atuação como técnico em administração no DASP foi fonte de inspiração e material de pesquisa para os seus trabalhos, nos quais indicava a associação entre Administração e Ciências Sociais. GR identifica o fato administrativo como fato social. “Dizia ele que ciência nenhuma, técnica nenhuma, instrumento nenhum, poderia definir uma realidade como “errada” sem compreendê-la, e a Administração e seus recursos de intervenção não poderiam ser tomados como exceção” (PIZZA JUNIOR, 2010, p. 202).

GR entende que tão importante quanto a aprendizagem de conteúdos peculiares à Administração é a compreensão de que a visão social, do geral para o particular, deve fundamentar a atuação do profissional de Administração.

Segundo Bariani (2010), foi por meio de uma leitura perspicaz de Max Weber, que GR despertou teoricamente para a teoria da organização, o estudo da burocracia e da administração e as considerações sobre o histórico da organização racional do trabalho convergem para o ponto crucial da obra: a análise da AP. Para GR, não se tratava de um assunto simplesmente técnico, mas sim o resultado de um amadurecimento histórico-social.

Na administração pública, a racionalização é, antes, uma fase da evolução do Estado que uma tecnologia propriamente dita. Ela surge, sob a forma do que Max Weber chamou burocracia, naqueles tipos de Estado em que, sob influência do constitucionalismo, se afirma o predomínio da função pública sobre a feudalidade e a soberania territorial, ou seja, do interesse universal sobre o interesse particular (RAMOS, 1950 *apud* BARIANI, 2010, p. 22).

Para GR, esse processo histórico progrediria de acordo com os tipos ideais apresentados pela teoria weberiana, na qual os tipos de dominação sucedem-se um tanto quanto progressivamente. Para tal, a organização racional-legal haveria de minar as características patrimonialistas de determinada sociedade. Bariani (2010) explica que GR reconhece que a universalização do capitalismo impõe um caráter relativamente inexorável ao processo, embora de modo lento e tensamente articulado com a ordem anterior.

[...] a administração pública racional está em emergência, em toda parte. Ela se vai instalando nos Estados modernos através de uma lenta superação do patrimonialismo. É o que explica a coexistência de elementos burocráticos com elementos patrimoniais dentro de uma mesma sociedade (RAMOS, 1950 *apud* BARIANI, 2010, p. 22).

Entendido pela dimensão histórica dessa transformação, o avanço desse tipo de organização dependeria de uma análise social que identificasse e tornasse possível a superação de resistências à mudança.

A racionalização assume algumas peculiaridades na esfera da administração pública. Aí ela é uma questão eminentemente sociológica, antes de ser de qualquer outra natureza.

A racionalização na esfera da administração pública não se converte em mera aplicação do saber técnico na organização de atividades. É, principalmente, um processo de transformação do aparato estatal, que se opera a custa da diminuição (e até anulação) da eficácia da tradição, ou melhor, que implica a substituição de 'folkways' por 'technicways' (RAMOS, 1950 *apud* BARIANI, 2010, p. 22-23, grifo nosso).

Para Ramos (1950) *apud* Bariani (2010), a racionalização da administração pública no Brasil defronta-se com sérios obstáculos, principalmente aqueles provenientes de sua formação histórica. GR acreditava que a estrutura social e política do país ainda não apresentava condições capazes de tornar plenamente efetivo, em nossa administração pública, um sistema racionalizado, já que havia ainda uma tradição de patrimonialismo que permeava o Estado brasileiro. “Registra-se, pois, dentro de nossa administração pública, um verdadeiro conflito cultural” (RAMOS, 1950 *apud* BARIANI, 2010, p. 23).

Segundo Capelari *et al* (2014), GR, ao apresentar o conceito do reducionismo sociológico, defendeu que a construção sociológica de teorias, e nesse caso de um campo para a administração pública, é mais bem realizada quando se atém à realidade local. Mesmo compreendendo que a importação de teorias alheias a essas realidades seja algo recorrente e, portanto, não descarta essa possibilidade, o mesmo compreende que as teorias dos países subdesenvolvidos não podem ser consideradas teorias atrasadas já que se orientam no sentido do contexto histórico-social na qual estão integradas. Assim, deve-se buscar o saber engajado, uma postura que valorize a ação, que posicione o pesquisador em convergência com a participação ativa no processo societário e que traga maior compreensão da sociedade em que estão inseridos estes pesquisadores. Para tal, há de se desenvolver conhecimentos e saberes locais introduzidos nas práticas administrativas das organizações públicas com intenção de aprimoramento dessas práticas e construção de preceitos que se encaixem plenamente em suas próprias realidades.

A sociologia proposta e praticada por Guerreiro Ramos pressupunha um saber sobre a sociedade brasileira que teria fins eminentemente práticos. Para ele, o campo da administração ganha densidade exatamente por ser uma ciência social aplicada. No pensamento de Guerreiro, política e administração são os principais campos de ação e é por isso que ele se debruçou sobre elas. Ou melhor, para Guerreiro, administração é política e, portanto, oferece múltiplos caminhos para o exercício da "sociologia em ato" (OLIVEIRA, 1997, p. 13).

Assim, entende-se que o modelo parentético apresentado por GR “mostra-nos uma nova perspectiva de se pensar a administração pública nacional, em que a autorrealização, a procura pela interação social primária e as responsabilidades e satisfações sociais formem

elementos basilares de um modelo responsivo de administração pública” (CAPELARI *et al*, 2014, p. 11).

Para tal, como aponta Oliveira (1997), impõe-se a necessidade de um conhecimento profissional especializado, capaz de permitir a ação sobre o mundo, e a demanda de uma compreensão sobre crenças, valores e símbolos que guiam os homens trazem de volta a valorização dos intelectuais e ideólogos, principalmente daqueles que, como Guerreiro, procuraram produzir um saber que tivesse um compromisso com a sociedade ou, como dizia Guerreiro, que realizasse a "assimilação crítica das teorias importadas".

A ligação de Guerreiro Ramos com a Administração foi uma constante em sua vida profissional e acadêmica. Administrador (na época com a designação de “Técnico de Administração”) do DASP, professor de Sociologia do curso de Administração da EBAP, professor do curso de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia, é dele a proposta de reconhecimento da profissão de Técnico de Administração, quando do exercício de mandato de Deputado Federal. Cassado pelo regime militar em 13 de abril de 1964, o texto seguiu os trâmites parlamentares e transformou-se em lei, em 1965. Eleito patrono na turma de 1967, enviou de Los Angeles uma Saudação aos Bacharéis em que dizia: “[...] Pertenço a um grupo de pessoas que, há mais de trinta anos, vem tentando expulsar o amadorismo do campo da administração pública. A EBAP é um dos resultados desse esforço” (PIZZA JUNIOR, 2010, p. 207).

A contribuição de GR para o campo da AP no Brasil rompeu com a exclusividade do tecnicismo, que ao restringi-lo, empobrecia sua efetividade. GR ajudou a ampliar a perspectiva crítica da AP e assim, fazer com que ela fosse considerada mais relevante. Não se deseja mais o sujeito que domina as técnicas e sabe aplicá-las, mas sim aquele que além do conhecimento científico também possui uma postura parentética.

[...] a contribuição à gestão pública, porque não dizer à modernização da administração pública brasileira, por meio dos seus escritos na *Revista de Serviços Públicos* (RSP) do então Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Apesar de atuar como técnico de administração do DASP, o professor Guerreiro escreve artigos e faz resenhas de livros que mais tarde vieram a ser classificados na literatura internacional. Neste período o professor Guerreiro vai comentar e analisar textos de autores como: Durkheim, Hayke, Manheim, Weber, entre outros. Conseqüentemente, com os seus artigos na RSP, Guerreiro Ramos auxiliará a discussão da modernização da administração pública do país. Então estamos falando do inícios dos anos 1940 ao início dos anos 1950 quando foi técnico de administração do DASP.⁵

⁵ Trecho do depoimento de Fernando Guilherme Tenório (professor titular na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas) em Cavalcanti, Duzert e Marques (2014, p. 44).

GR, como deputado, também foi fundamental para avanços na institucionalização da figura do gestor público no Brasil. Como docente, foi figura que contribuiu para o início do ensino institucionalizado de Administração Pública no Brasil.

Quando ele foi deputado federal antes do golpe civil-militar de 1964, o professor Guerreiro elaborou o projeto que regulamentava a profissão de administrador do Brasil. Portanto, entre outras intervenções no Congresso Nacional, essa sua participação na definição do profissional da administração foi útil não somente àqueles que atuavam na gestão pública como também àqueles que atuavam no setor privado da economia. Porém, um fato que antecede sua ação como parlamentar foi ele ter sido no Brasil um dos primeiros professores de sociologia aplicada aos estudos organizacionais. Esse fato se deu na EBAP da Fundação Getúlio Vargas. Vale lembrar que a EBAP, à época, não tinha o “E” de empresas, como passou a ser denominada a partir dos anos 1990 – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE). Assim, o professor Guerreiro muito contribuiu para os primórdios do ensino da administração pública no Brasil, uma vez que a EBAP foi a primeira instituição do país a trabalhar com o tema⁶.

GR passou/ainda passa por um período de ostracismo intelectual a partir de 1964, partilhando o descrédito de que foi alvo todo tipo de produção intelectual associada ao chamado regime populista e a “derrota” na batalha acadêmica contra Florestan Fernandes e os “uspianos”⁷.

Defrontavam-se duas sociologias: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação, visando o desenvolvimento e a autonomia nacional (Guerreiro Ramos), e outra que se queria universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas (Florestan Fernandes). Opunham-se: o empenho na construção de um capitalismo autônomo e nacional (Guerreiro Ramos) e a ênfase na generalização e aprofundamento da ordem social competitiva como portadora das possibilidades e limites (próprios) das chances de modernidade (Florestan Fernandes) (BARIANI, 2011, p. 174-175).

Maia (2012) aponta que este quadro de ostracismo começou a mudar a partir dos anos de 1990, quando numerosas teses (AZEVEDO, 2006; BARIANI, 2008; MARTINS, 2008; entre outros) passaram a ser escritas sobre ele, visando uma reconversão de sua imagem intelectual no mundo acadêmico, mas que “ainda permanece a reputação de Guerreiro como uma espécie de *outsider*, figura *gauche* que surge como um desvio de rota no caminho da sociologia acadêmica e especializada” (MAIA, 2012, p. 265).

⁶ Trecho do depoimento de Fernando Guilherme Tenório (professor titular na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas) em Cavalcanti, Duzert e Marques (2014, p. 43-44).

⁷ Para uma descrição mais completa sobre a disputa acadêmica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos consultar Martins (2008).

Ainda hoje eu diria que a reputação de Guerreiro não é das melhores. Não podemos esquecer o fato de que Guerreiro Ramos comprou brigas com a principal escola de sociologia brasileira, a USP. Não podemos esquecer que a USP é o projeto vencedor da sociologia aqui no Brasil. Da USP vieram um presidente, o Fernando Henrique Cardoso, e a concretização da promessa marxista, a ascensão dos proletários ao poder quando Lula foi eleito presidente. Nesse contexto de projeto hegemônico de sociologia, não é estranho que o nome de Guerreiro Ramos tenha sido excluído do pensamento sociológico brasileiro, propositalmente excluído. Pode-se argumentar que o seu afastamento do Brasil, seu exílio, contribuiu bastante para esse esquecimento. Mas nunca é demais lembrar que Florestan Fernandes também foi exilado e, nem por isso, foi esquecido, e não o foi porque a USP não deixou que fosse. O fato de nós termos a USP como responsável promotora de projeto de sociologia científica no Brasil e Guerreiro Ramos tenha se filiado à outra corrente sociológica, à sociologia dita “sociologia dos ensaístas”, à sociologia institucionalmente vencida, universitariamente derrotada, isso é significativo. Desse duelo entre uma sociologia mais ensaísta e uma sociologia mais científica, o projeto vencedor foi o da USP. Isso teve implicações seriíssimas para o destino das idéias de Guerreiro Ramos por aqui. Eu acho que ainda hoje a sociologia brasileira não rende a Guerreiro Ramos os devidos méritos de que ele é merecedor. Não somente a ele, diga-se, mais também a diversos outros pensadores importantes, mas que, por questões diversas, não figuram no panteão dos livros obrigatórios.⁸

Para Bariani (2011), a trajetória de GR é uma das contribuições no sentido de trazer à consciência os dilemas do nacionalismo e da sociologia no Brasil. Por meio de uma crítica às formas de organização e pensamento, buscou a redenção sociológica da sociedade e sociologia brasileiras e reinterpretar a realidade brasileira conforme um arsenal teórico engendrado pela experiência nacional (e nacionalista) e pela assimilação crítica das idéias estrangeiras, e utilizar-se desse conhecimento para intervir decisivamente nesta realidade, promovendo a autoconsciência nacional. “Uma sociologia da práxis que interpretaria seu entorno social trazendo à tona os problemas cruciais de sua existência e, nesse processo, refazendo-se como saber qualificado e autônomo, não submetido a determinações ‘exteriores’. Tal sociologia de missão e salvação promoveria – para ele – a almejada redenção (sociológica) e nos poria nas mãos nosso próprio destino” (BARIANI, 2011, p. 300).

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de natureza quali-quantitativa, pois possui elementos tanto qualitativos, quanto quantitativos. Para Appolinário (2012, p. 61), a pesquisa qualitativa é aquela que normalmente “prevê a coleta de dados a partir de interações sociais do pesquisador com o fenômeno pesquisado”, já a pesquisa quantitativa “prevê a mensuração

⁸ Trecho do depoimento de Ariston Azevêdo (professor adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em Cavalcanti, Duzert e Marques (2014, p. 37-38).

de variáveis predeterminadas, buscando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis”. A pesquisa utiliza o método da análise de conteúdo.

Quanto ao tipo de pesquisa, esse estudo pode ser classificado como exploratório. Segundo Gil (2008, p. 27), esse tipo de estudo tem como principal finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”, buscando proporcionar uma visão geral sobre de determinado fato. Pesquisas exploratórias irão objetivar uma maior aproximação com o problema, tornando-o mais explícito ou construindo conjecturas (OLIVEIRA e DACOL, 2009).

Para que os objetivos desse trabalho pudessem ser alcançados foram realizados um levantamento bibliográfico da literatura relacionada ao objeto de estudo, um levantamento quantitativo e a análise de documentos pertinentes. Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica permite que o pesquisador investigue uma gama de fenômenos muito mais ampla do que a que poderia fazer diretamente. Já a pesquisa documental segue uma lógica muito parecida com a bibliográfica, tendo de se observar, principalmente, a diferença entre os tipos de fonte: no primeiro caso, utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, já o segundo serão materiais que não receberam ainda um tratamento analítico.

O levantamento bibliográfico buscou apresentar os conceitos fundamentais da teoria de Guerreiro Ramos e a sua contribuição para o estudo e fortalecimento da Administração Pública no país. No processo de análise documental foram selecionados 11 cursos de graduação do Campo de Públicas que tiveram os seus Projetos Pedagógicos do Curso (PPCs) analisados de acordo com parâmetros estabelecidos num protocolo de análise de conteúdo. Segundo Appolinário (2012, p. 165), “a análise de conteúdo tem por finalidade básica a busca do significado de materiais textuais”, nesse caso os PPCs, e consiste na interpretação das categorias que emergem do material pesquisado.

Os 11 cursos foram selecionados por conveniência de acordo com os ciclos do ensino de Administração Pública apresentados pela literatura (KEINERT, 1994; COELHO, 2006). Tais cursos foram escolhidos de acordo com as IES que os oferecem e sua relação direta no ensino de Administração Pública com cada um dos 4 ciclos. Em cada um dos PPCs foram levantados os elementos apresentados no protocolo de observação abaixo:

Quadro 1: Protocolo de observação dos PPCs

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO			
CURSO	INSTITUIÇÃO	GRAU	MODALIDADE
CICLO RELACIONADO	ANO DE ORIGEM	LOCALIZAÇÃO	UNIDADE ACADÊMICA

SOBRE O PPC			
1) O PPC faz menção direta a Guerreiro Ramos? Se sim, como?			
2) A bibliografia (básica e complementar) das disciplinas que formam o curso apresenta obras de Guerreiro Ramos como componente? Se sim, quais?			
3) Os objetivos (geral e específicos) do curso indicam a busca por uma formação crítica/parentética dos seus alunos?			

Fonte: Elaborado pelo autor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o Sistema de Regulação do Ensino Superior e-MEC, do Ministério da Educação, existem 213 cursos pertencentes ao Campo de Públicas considerados ativos no Brasil (levantamento realizado em setembro de 2014). Dos 213 cursos levantados, 133 são classificados, em grau, como tecnólogos, 76 como bacharelado e 4 são sequenciais. Este trabalho vai focar apenas nos cursos de grau bacharelado, já que as Diretrizes Curriculares Nacionais aprovadas no final de 2013 para o Campo de Públicas tem esse grau do ensino como escopo.

Para o objetivo a que esse trabalho se presta, foram selecionados por conveniência 11 dos 76 cursos levantados. Como mencionado anteriormente, tais cursos foram escolhidos de acordo com as IES que os oferecem e sua relação direta no ensino de Administração Pública com cada um dos 4 ciclos, sendo 2 do primeiro ciclo e 3 dos demais ciclos do ensino de Administração Pública no Brasil apresentados pela literatura. Foram observados os PPCs dos seguintes cursos:

Quadro 2: Cursos do Campo de Públicas que tiveram os PPCs analisados

1º CICLO			
IES	Curso	Modalidade	Gratuidade
Universidade de Brasília	Gestão de Políticas Públicas	Presencial	Sim
Fundação Getúlio Vargas	Administração	Presencial	Não
2º CICLO			
IES	Curso	Modalidade	Gratuidade
Universidade Federal do Paraná	Gestão Pública	Presencial	Sim
Universidade Federal de Santa Maria	Administração Pública	A distância	Sim
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Administração Pública	Presencial	Sim
3º CICLO			
IES	Curso	Modalidade	Gratuidade
Universidade Estadual Paulista	Administração Pública	Presencial	Sim

Fundação João Pinheiro	Administração Pública	Presencial	Sim
Universidade Federal de Juiz de Fora	Administração Pública	A distância	Sim
4º CICLO			
IES	Curso	Modalidade	Gratuidade
Universidade Federal Fluminense	Administração Pública	Presencial	Sim
Universidade Federal de Mato Grosso	Administração Pública	A distância	Sim
Universidade do Estado de Santa Catarina	Administração Pública	Presencial	Sim

Fonte: Elaborado pelo autor.

Cada um dos PPCs foi observado de acordo com o protocolo de observação apresentado.

Na pergunta “O PPC faz menção direta a Guerreiro Ramos? Se sim, como?”, 5, dos 11 cursos, apresentaram uma resposta positiva, ou seja, 45% dos PPCs observados citam, de alguma forma, GR. Dos 5 casos observados, em 4 GR aparece como item de bibliografia de disciplinas do curso. Em apenas 1 desses casos GR aparece como objeto de estudo: no curso de Administração Pública da Universidade Federal Fluminense, a ementa da disciplina Fundamentos da Administração Pública tem GR como tema da sua unidade 3, com os tópicos a) Introdução ao pensamento de Guerreiro Ramos, b) Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais e c) Paraeconomia e racionalidade substantiva.

Na pergunta “A bibliografia (básica e complementar) das disciplinas que formam o curso apresenta obras de Guerreiro Ramos como componente? Se sim, quais?” apenas 4 PPCs tiveram resposta positiva. As obras citadas são: “A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações” e “Administração e Contexto Brasileiro”. A primeira aparece em dois cursos como bibliografia complementar numa disciplina chamada “Organização, Processos e Tomada de Decisão” e em um dos cursos como bibliografia básica na disciplina “Co-Produção dos Serviços Públicos”.

Em relação à pergunta “Os objetivos (geral e específicos) do curso indicam a busca por uma formação crítica/parentética dos seus alunos?” 9, dos 11 cursos, apresentaram um resposta positiva. Alguns exemplos:

Compreender o contexto sociopolítico em que atua, [...] ter capacidade analítica e crítica, [...] valorizar o ser humano como elemento criador e detentor de conhecimentos, dando à educação um papel mais relevante (FGV, 2011, p. 6)

Propiciar ao aluno o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes que consolidem a **capacidade crítica e reflexiva para a formação de um profissional empreendedor e gerenciador de soluções para os problemas das organizações públicas** com condições de compreender a

complexidade e as contradições que delineiam a dinâmica organizacional do setor público e da sociedade na implementação de sistemas de gestão. [...] Expressar de forma crítica a consciência técnico-profissional. O profissional graduado em Administração Pública detém competência profissional, **visão holística e global da realidade, postura crítica**, criativa, empreendedora e capacidade, humana e técnica [...] (UFRRJ, 2010, p. 27, grifo nosso).

O objetivo de caráter mais geral do curso de Administração Pública da FCLAr/UNESP é o de **formar bacharéis aptos a compreenderem a realidade social na qual estarão inseridos** – com o aporte de instrumentais teóricos e metodológicos adequados – e a atuarem profissionalmente junto ao complexo e variado campo institucional brasileiro, com destaque para as organizações, estatais ou não, que exercem funções públicas. [...] podem ser enumerados os seguintes objetivos associados: [...] h) **semear, no egresso, uma postura de pensamento independente e crítico**, criando a capacidade para dirigir mediante persuasão, consenso e integridade, para assumir uma posição ativa contra a corrupção. (UNESP, 2008, p. 8-9, grifo nosso).

[...] **despertar no profissional em formação o senso crítico e a sensibilidade social**, para que ele defenda e promova os valores republicanos, o interesse público e a cidadania (UFF, 2012, p. 5, grifo nosso).

Viabilizar a conscientização do aluno para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual. [...] [Espera-se que o egresso apresente] **competência para refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos**, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento (UFMT, 2009, p. 20 e 23).

Nos trechos apresentados, retirados dos PPCs dos cursos oferecidos pela FGV, UFRRJ, UNESP, UFF e UFMT, respectivamente, é possível notar similaridades com o conceito de postura parentética defendido por GR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de Administração Pública no país tem se caracterizado por ciclos baseados, principalmente, na conjuntura do Estado Nacional. Coelho (2006), em sua tese, esboçou um quarto ciclo para o ensino na área no Brasil, fato que vem se confirmando com a formação do Campo de Públicas. Tal empreendimento vem ganhando força na última década e calcando grandes ganhos para a área. A instituição de DCNs próprias para o ensino de Administração Pública, talvez o maior desses ganhos até agora, vem abrindo portas para a reestruturação dos cursos que formam o campo e, assim, a possibilidade de criação e fortalecimento de uma identidade própria, cada vez mais distante da ideia de Administração Pública como subárea da Administração Geral.

Nesse ponto, GR, através da sua produção acadêmica, é um elemento que pode ser decisivo. Sua percepção da necessidade de uma sociologia realmente brasileira e seus estudos sobre administração pública podem agregar valor não apenas para o processo de reestruturação dos cursos, mas também apontar direções para a formação de um gestor público mais engajado na realidade tanto técnica, quanto política que a administração pública brasileira necessita. Tendo tido contato com a Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais e o Paradigma Paraeconômico, o egresso desse curso poderá ter desenvolvido uma postura muito mais coerente com o *ethos* republicano e democrático que dele se espera.

GR, dos 4 pontos que compõe a formação multi e interdisciplinar esperada pelo Campo de Públicas, trata, talvez menos do Direito, mas de forma bastante autêntica da construção e, acima de tudo, da aplicação de uma Ciência Social, uma Ciência Administrativa e uma Ciência Econômica voltadas, principalmente, para a realidade em que estão inseridas. A aplicação direta de modelos importados, a exclusão do fator homem e a centralidade no mercado não vão ser capazes de refletir a realidade social, exigindo do gestor público, no caso, uma percepção muito mais crítica e ampla de todo o contexto que o cerca.

Em seu artigo 3º, a DNC (MEC, 2014) deixa claro que

O curso de graduação em Administração Pública deve propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, como administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacionais e internacionais; como analistas e formuladores de políticas públicas.

A DCN (MEC, 2014) ainda especifica que o curso deve possibilitar ao seu aluno “desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação” (artigo 5º, inciso II) e “expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais” (artigo 5º, inciso V). Conhecer e entender os pensamentos e a obra de GR pode auxiliar na formação desse bacharel esperado.

Com este trabalho, buscou-se compreender o quão presente GR está nos projetos pedagógicos dos cursos do Campo de Públicas. Assim, constatou-se que sua presença nos PPCs é bastante incipiente, mesmo a maioria deles apresentando objetivos que muito se assemelham com a sua proposição de postura parentética, por exemplo. Fato curioso é que a própria instituição que o abrigou durante grande parte da sua carreira como docente, a Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas, antes EBAP, da Fundação Getúlio

Vargas, e que apresenta esforços de recuperação do seu legado, por exemplo, tendo realizado dois seminários internacionais com esse objetivo em outubro de 2014 e em setembro de 2015, não o apresenta como elemento estruturante, pelo menos não no seu projeto pedagógico, no seu curso de Administração. Nos casos em que é encontrado no PPC, salvo o caso da UFF que apresenta um tópico próprio de estudo, GR aparecerá na forma de bibliografia (básica e/ou complementar).

Vale ressaltar que a observação dos PPCs pode, em alguns casos, não corresponder à realidade de fato dos cursos, já que a operacionalização de uma ementa, por exemplo, fica a cargo do professor responsável pela disciplina, que pode ministrá-la de diferentes formas, sendo possível a inclusão de tópicos de estudo sobre GR, nos casos em que não é previsto, ou ignorando tópicos possivelmente propostos pelo PPC.

Para Tenório (2014), três possíveis explicações para essa “negligência” de GR nos cursos passam pelo fato de sua obra ser claramente contrária ao *mainstream* norte-americano

os cursos estavam sendo formados [...] e determinante da linguagem da matriz curricular dos cursos de administração era notadamente de origem no mercado e ele dizia: o mercado não é a sociedade, o mercado é parte da sociedade, é um enclave da sociedade e o que dominava no *mainstream* norte americano, à época, era uma leitura do liberalismo econômico, o neoliberalismo, aonde o importante era o mercado, Estado mínimo. Então, ele vem com um livro [A Nova Ciência das Organizações] que diz opa, para com isso, a sociedade não é mercado, a sociedade é outra coisa, é uma totalidade, o mercado é parte dessa totalidade (TENÓRIO, 2014).

Outro ponto levantado é a profundidade da escrita de GR, que em alguns casos pode não ser tão acessível no quesito da sofisticação da linguagem empregada pelo autor. O “eurocentrismo” na literatura dos cursos também é o terceiro fator apresentado e que pode ajudar a explicar a ausência de GR nos cursos, um “brasileiro de Santo Amaro da Purificação”.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: Filosofia e Prática da Pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

AZEVEDO, A. **A Sociologia Antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

_____; ALBERNAZ, R. A “antropologia” do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético. **Cadernos EBAPE**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 1-19, out 2006.

BARIANI, E. Guerreiro Ramos: uma sociologia em mangas de camisa. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**. João Pessoa, n. 11, p. 84-92, out 2006.

_____. O longo caminho: Guerreiro Ramos e a sociologia da administração antes de A Nova Ciência das Organizações. **Revista Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 17, n. 52, p. 17-28, jan/mar 2010.

_____. **Guerreiro Ramos e a redenção sociológica**: Capitalismo e sociologia no Brasil. São Paulo: Unesp, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Resolução n. 1, de 13 de janeiro de 2014.

CAPELARI, M. G. M., *et al.* Alberto Guerreiro Ramos: contribuições do reducionismo sociológico para a construção do campo científico da administração pública no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 8, Gramado. **Anais do VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Gramado, mai. 2014. p. 1-15.

Carta de Balneário Camboriú (2010). Disponível em: <http://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal_-camboriufimagostovpf.pdf> Acesso em 02 jun. 2014.

CAVALCANTI, B.; DUZERT, Y.; MARQUES, E. (Orgs). **Guerreiro Ramos**: coletânea de depoimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

COELHO, F. S. **Educação superior, formação de administradores e setor público**: Um estudo sobre o ensino de administração pública – em nível de graduação – no Brasil. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

FARIA, J. H. Consciência crítica com ciência idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro: FGV, v. 7, n. 3, set 2009 .

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Guerreiro Ramos**. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/guerreiro_ramos> Acesso em 21 set. 2014.

_____. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração. EBAPE, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://ebape.fgv.br/sites/ebape.fgv.br/files/PPC.pdf>>. Acesso em 03 set. 2014.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. PROJETO PEDAGÓGICO 2012 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CSAP. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/graduacao-csap/outros-arquivos-csap/15-projeto-pedagogico-csap/file>>. Acesso em 17 set. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KEINERT, T. M. M. Os paradigmas da administração pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas** (Edição Especial). São Paulo: FGV, v. 34, n. 3, p. 41-48, mai/jun 1994.

MAIA, J. M. E. Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. **Revista Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v. 02, n. 04, p. 265-291, 2012.

MARTINS, T. G. **Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NERY, M. F. Guerreiro Ramos e as imbricações entre sociologia, o desenvolvimento e o indivíduo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 3, Florianópolis. **Anais do III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração.** Florianópolis, mar. 2013. p. 1-15.

OLIVEIRA, L. L. Guerreiro ontem, Guerreiro hoje. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, p. 9-14, set/out 1997.

OLIVEIRA, U. R.; DALCOL, P. R. T. Diretrizes metodológicas de pesquisa acadêmica em engenharia de produção: uma abordagem prática. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 29, 2009, Salvador. **Anais do XXIX Encontro Nacional de Engenharia de Produção.** Salvador: ENEGEP, out. 2009. p 1-16.

PIRES, V. **Campo de Públicas.** Araraquara/Volta Redonda, 2014. Entrevista concedida via vídeo conferência a Alex Júnior Costa da Silva em 01 jun. 2014.

_____, *et al.* Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social.** Viçosa, jul. 2014.

RAMOS, A. G. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento.** Tese apresentada em 1949 ao concurso para provimento em cargo de carreira de Técnico em Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. DASP, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____. The parenthetical man (an anthropological approach to organization design) In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN ASSOCIATION FOR PUBLIC ADMINISTRATION, 1971, Denver, Los Angeles: Aspa, 1971.

_____. Models of man and administrative theory. **Public Administration Review**, v. 32, n. 3, p. 241-246, 1972.

_____. **A nova ciência das organizações: Uma reconstituição da riqueza das nações.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____. **A Redução Sociológica.** 3.ed Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, I. E. **Textos selecionados de métodos e técnicas de pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

SELLTIZ, C., *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, A. J. C. **Guerreiro Ramos e o Ensino de Administração Pública no Brasil: a presença do autor nos Projetos Pedagógicos dos cursos do Campo de Públicas,** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, RJ. Disponível em: < https://campodepublicas.files.wordpress.com/2015/03/guerreiro-ramos-e-o-ensino-de-administrac3a7c3a3o-pc3bablica-no-brasil_tcc_alex-costa_uff_2014.pdf> Acesso em 08 ago. 2015.

TENÓRIO, F. G. **Perspectivas da Nova Gestão Pública**. Palestra proferida no 4º Fórum da Área de Administração Pública. Florianópolis – SC, em 16 out. 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Projeto Político-pedagógico Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. IPOL, Brasília, 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública. ESAG/CCA, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/26/ppp_dap_2007.pdf> Acesso em 24 set. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. FCLAr, Araraquara, 2008. Disponível em: <<http://master.fclar.unesp.br/Home/Graduacao//PPP%20ADM%20PUBLICA.pdf>>. Acesso em 17 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública Modalidade A Distância. Juiz de Fora, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO. Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública Modalidade A Distância. Cuiabá, 2009. Disponível em: <<http://www.uab.ufmt.br/cursos>>. Acesso em 24 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Conheça o PNAP**. Disponível em: <<http://www.pnap.ufsc.br/novo/conheca-o-pnap/>>. Acesso em 2 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto Pedagógico de Curso Administração Pública - Bacharelado (a distância). Palmeira das Missões, 2010. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/cesnors/index.php/curso/graduacao/administracao-publics/projeto-pedagogico>>. Acesso em 10 set. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Projeto Pedagógico do Curso (ppc) de Gestão Pública. Matinhos, 2009. Disponível em: <<http://www.litoral.ufpr.br/sites/default/files/PPC%20GESTAO%20PUBLICA.pdf>> Acesso em 10 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (modalidade presencial). ICHS, Volta Redonda, 2009. Disponível em: <http://http://www.echsvr.uff.br/admpub/?page_id=215>. Acesso em 24 set. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública. ICHS, Seropédica, 2010. Disponível em: <<http://cursos.ufrj.br/grad/admpublica/files/2014/04/A00-PPC-Projeto-Pedagogico-do-Curso-Adm-Publica-V8.pdf>>. Acesso em 10 set. 2014.